

# CACARECO DE ÍNDIO E ARTEFATO ARQUEOLÓGICO: CONVERSAS ENTRE ARQUEÓLOGOS E A FAMÍLIA SOUZA NO SÍTIO CEDRO, SANTARÉM – PARÁ\*

\* Parte dos resultados desta pesquisa foi apresentado no I Congresso Pan-Amazônico e VII Encontro da região Norte de História Oral, ocorrido entre os dias 27 e 30 de março de 2012 na cidade de Belém (PA).

## A U T O R

---

### Raimundo Ney da Cruz Gomes

ney.gomes@gmail.com, neygomes@ufpa.br

Graduado em História pela Universidade Federal do Pará – UFPA (2002), Mestrado em Serviço Educativo para o Patrimônio Artístico, dos museus históricos e de artes visuais pela Universidade Católica de Milão – UNICATT (2005) e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA). Bolsista CAPES.

### Rhuan Carlos dos Santos Lopes

rhuanlopes@hotmail.com

rhuanlopes@ufpa.br

Graduado em História pela Universidade Federal do Pará – UFPA (2010), Especialista em Educação para as Relações Étnicorraciais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (2010), Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA). Bolsista CAPES.

---

## R E S U M O

Neste artigo buscamos, a partir de uma experiência de campo singular, participando da escavação do Sítio Cedro, em Santarém, próximo ao planalto de Belterra, discutir a importância e as possibilidades da etnografia nos trabalhos de arqueologia; e ainda, atentos às discussões feitas sobre a Arqueologia Pública e as interações entre arqueólogos e as comunidades onde estão situados sítios arqueológicos, analisar as injunções entre o saber local com as significações arqueológicas para categorias já definidas pelas comunidades. Intentamos mostrar que as conversas no campo geram esclarecimentos mútuos que não se excluem, mas se complementam na medida em que criam junto o saber arqueológico.

**Palavras-chave:** Arqueologia Pública, Etnografia em Arqueologia, Arqueologia Comunitária, Santarém

---

## I N T R O D U Ç Ã O

Pyburn (2009: 165), defendendo uma pesquisa arqueológica participativa, diz que a etnografia apropriada aos arqueólogos não tem muito a que ver com a aprendizagem sobre outras pessoas, ou mesmo sobre o ensino às outras pessoas; mas sobre o compartilhamento com o outro. Esta autora fala sobre o *arqueólogo* como *etnógrafo* e critica o fato de alguns pesquisadores desta área não fazerem nenhum esforço por incluir os “não especialistas” em seus trabalhos, ainda mais quando há um descompasso muito grande entre os envolvidos, seja por conta de condições econômicas, sociais e políticas (PYBURN, 2009). Já Hollowell e Nicholas (2009) indicam uma questão ainda mais desafiadora, ou quem sabe complementar àquela de Pyburn; estes autores questionam o fato de muitos arqueólogos buscarem na etnologia uma complementação para o registro arqueológico, e desafiam: e se o *locus* da etnografia fosse deslocado da posição de “o que pode fazer para a arqueologia” e, em vez colocada nas mãos das comunidades que têm suas próprias concepções de gestão do patrimônio (HOLLOWELL & NICHOLAS, 2009).

Buscamos nesse artigo, refletir sobre as possibilidades da etnografia aplicada ao trabalho de campo arqueológico, pensando na perspectiva de Pyburn (2009), quando esta autora fala de incluir o outros – e não necessariamente ensinar ao outro, na forma como tratamos o conhecimento produzido em campo. Trata-se não de buscar as concepções nativas e traduzi-las para o público científico, e sim de demonstrar as vicissitudes presentes no trato do arqueólogo com o nativo na busca pelas alteridades locais. Considerando que o cientista tenha a preocupação com o impacto de seu trabalho na comunidade local, é sempre constante a assimetria, pelo menos inicial, entre os atores envolvidos no contexto da escavação, particularmente arqueólogos e moradores (CABRAL & SALDANHA, 2008; PYBURN, 2009). Portanto, o que apresentamos aqui são considerações metodológicas, pautadas em nossa experiência de campo, a partir das quais pretendemos refletir sobre o contexto investigativo da busca pelo *outro* na Arqueologia, o que pode contribuir para o entendimento da própria ciência arqueológica em seu trato com o público. Cabe, nesse sentido, formularmos considerações sobre o fazer etnográfico, tendo em vista ser essa a ‘ferramenta’ utilizada nas pesquisas com essa temática.

## **ETNOGRAFIA E/NA ARQUEOLOGIA**

Em 1990, Ribeiro publica texto no qual destaca as possibilidades da perspectiva etnológica para os arqueólogos. Essencialmente, a autora pretendia evidenciar a produção bibliográfica (entre os anos de 1957 e 1988) da Etnologia brasileira e dos países que o fazem fronteira, no sentido de mostrar o potencial explicativo dessas pesquisas para as investigações acerca das populações ameríndias passadas pautadas na Arqueologia. Assim, Ribeiro (1990) argumentava que estudos dos grupos indígenas do presente poderiam contribuir para explicações sobre formas de vida nativa do passado. A despeito de ser um trabalho de fôlego, não observa-se referência alguma à possibilidade da Antropologia ser um conjunto instrumental passível de ser adotado pelos arqueólogos para explicação de seu próprio *métier*, ou ainda para entender as relações das populações vivas com o registro arqueológico, seja ele de origem comum à sua ou não. Por certo, essa ausência não parece ser uma falha de Ribeiro (1990) em seu cotejo bibliográfico, mas deixa evidente a ausência desse tipo de discussão no período discutido pela pesquisadora.

Essas possibilidades, todavia, vêm sendo exploradas sistematicamente no Brasil, principalmente no que tange às pesquisas em Arqueologia Pública preocupadas em entender as significações dadas ao registro arqueológico pelos grupos que se assentam sobre os sítios<sup>1</sup> (Ver discussões várias em FERREIRA 2006, 2011; SCHAAN, 2006, 2011; REIS, 2007; CABRAL & SALDANHA, 2008; SILVA et al. 2011; BEZERRA, 2011; GOMES & LOPES, 2011, s/d).

Castañeda (2008) ressaltou também as vantagens da arqueologia etnográfica, voltada tanto para o estudo do passado quanto para as implicações contemporâneas dessa ciência; desse modo, a prática arqueológica também pode ser objeto de pesquisa da etnografia. Por outro lado, levar em consideração o olhar do nativo é contribuir para as práticas descolonizantes da arqueologia contemporânea, como apontam Gnecco e Hernández (2008) (conferir também ATALAY, 2006; CASTAÑEDA, 2009).

Os trabalhos que tem o público ou o nativo como foco de análise,

<sup>1</sup>Utilizaremos *sítio* sempre como lugar onde se localiza o registro arqueológico, mas definido por arqueólogos de acordo com convenções científicas. Sobre o conceito de *sítio* na arqueologia, cf. Dunnell (1992).

utilizam-se das observações e entrevistas como forma de gerar informações etnográficas e em grande medida, o sítio arqueológico é o lócus onde ocorre tal processo. Consideremos, então, essa peculiaridade. Esse sítio ao qual nos referimos, antes de ser a área de atuação do arqueólogo e fazer parte dos cadastros oficiais, é o lugar onde habitam os membros da família Souza. Se pensarmos nas comunidades – grupos de pequena escala, diretamente relacionados com sítios arqueológicos (GOMES & LOPES, 2011) – observamos então que é estabelecida uma cosmografia definidora do território ocupado. Nas palavras de Little (2002: 4), a cosmografia define-se como o conjunto de “saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território”. Portanto, trata-se de territórios sociais (LITTLE, 2002), configurados a partir das relações históricas e sociais de um grupo com o espaço em que vive; conceitualmente, observa-se a aproximação dessa perspectiva com a de paisagem, ambientes culturais elaborados na dinâmica de interação diacrônica entre as sociedades e o meio ambiente – ou entre formas físicas e culturais (SAUER, 1969) – a partir do qual podemos entender que suas modificações de sentidos são constantes (CRUMLEY & MARQUARDT, 1990; CRUMLEY, 1994; BALÉE, 2006). Não é novidade que os sítios são definidos dentro desses territórios e, menos ainda, que seus moradores possuem visão particular dos seus elementos.

As pesquisas, desse modo, colocam ênfase nas percepções da paisagem local e no território social; sendo os artefatos arqueológicos integrantes desse contexto, eles são lidos pelas comunidades de acordo com a sua própria experiência social. Nesse caso, os limites dos sítios são de menor importância para a Arqueologia Pública, se pensarmos na amplitude maior dos territórios e paisagens. Por certo, ao dedicar-se às investigações em comunidades, deve-se ter em mente a não homogeneidade desses grupos, tanto se comparados a outros denominados sob o adjetivo ‘tradicional’, como internamente (LITTLE, 2002).

A relação sítio arqueológico com território social, portanto, permite ao arqueólogo perscrutar de forma privilegiada as concepções nativas, na medida em que as escavações coincidem com as observações da dinâmica local, associada sempre que possível com entrevistas cedidas pelos moradores. Dessa forma, geram-se os meios necessários à construção do campo etnográfico ao pesquisador (LIMA & SARRÓ, 2006). Tem-se com isso as condições essenciais já apontadas por Malinowski (1976), para quem o contato direto com os sujeitos pesquisados integra as necessárias práticas essenciais à pesquisa etnográfica. A partir dessa relação direta, pode-se valorizar igualmente a observação e a participação (CARDOSO, 1986), desde que a aproximação entre pesquisador e pesquisado seja significativa ao ponto em que a presença do arqueólogo naturalize-se (MALINOWSKI, 1976). Todavia, reside aqui um dos problemas desse tipo de pesquisa em Arqueologia: o início de escavações, tendo em vista toda a dinâmica inerente, gera algum tipo de impacto na comunidade, essencialmente por conta do que Cabral e Saldanha (2008: 10) chamam de “barreira epistemológica”. Consiste isso na diferença entre as categorias explicativas de nativos e arqueólogos, o que pode gerar ressalvas nos primeiros, justamente por estarem diante do saber científico.

Sendo assim, as reflexões dentro da Antropologia também podem contribuir para equacionar esse entrave. Afirmamos anteriormente que a observação e entrevistas são técnicas utilizadas pela Arqueologia. Essas são duas ferramentas que por si só merecem reflexão antes de serem efetuadas. Cardoso (1986: 103) argumenta que na etnografia a observação deve ser um ato pensado em função do contexto local, inclusive por possibilitar novos encaminhamentos na pesquisa, além de possibilitar a construção de “cadeias de significação”. Por outro lado, as entrevistas também necessitam de planejamento, no sentido de buscar informações desconhecidas pelo pesquisador, mas também de despertar interesse por parte do entrevistado, como indica Arce (2000). Observação e entrevistas, desse modo, não são finalidades em si, mas sim direcionadas pelo interesse da pesquisa e não estão dissociadas, já que as perguntas são passíveis de serem feitas ao longo de todo o contato com o grupo (CARDOSO, 1986; ARCE, 2000); por certo, ambas amadurecem ao longo do seu exercício. Tendo isto em vista, a problemática da barreira epistemológica ganha uma forma de resolução.

Essa barreira efetivamente é um empecilho para se alcançar o que DaMatta (1997: 20) denomina de mecanismos sociológicos que explícitos e implícitos “para constituir e ampliar um sistema universal de tradução de sistemas humanos naquilo que é a linguagem ou teoria antropológica”. Para a questão debatida neste artigo, as palavras de DaMatta devem ser lidas no sentido de entender a amplitude de possibilidades explicativas para o material arqueológico, o que pode ser alcançado pela via de análise da paisagem e territórios sociais dos indivíduos estudados. Não seria judicioso restringir o olhar aos artefatos ou ao sítio arqueológico, posto que isso confrontasse as premissas descolonizantes da Arqueologia. Com essa perspectiva a etnografia permitiria o confronto entre conceitos nativos e ocidentais durante a pesquisa de campo, apontando para uma visão alternativa dos conceitos sociológicos (PEIRANO, 1995), nesse caso os desenvolvidos na Arqueologia. Por certo, não chegamos aos níveis mais profundos de entendimento das “cadeias de significação” (CARDOSO, 1986: 103) dos moradores da Comunidade Cedro, dado o limite do tempo da pesquisa e do número de pessoas entrevistadas.

## **OS CACARECOS E ARTEFATOS DO SÍTIO CEDRO: DUAS FORMAS DE NOMINAR A MESMA COISA**

<sup>4</sup>Esta pesquisa foi realizada no mês de junho de 2011 dentro do Programa de Arqueologia & Educação Patrimonial da BR-163: Santarém-Rurópolis; BR-230/PA: Divisa TO/PA à Rurópolis (excluindo trecho Altamira-Medicilândia); BR-422: Trecho: Novo Repartimento-Tucuruí, coordenado pela Profa. Dra. Denise Schaan, com auxílio financeiro do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Começamos por apresentar algumas considerações sobre a pesquisa realizada no Sítio Cedro<sup>4</sup>; que se localiza a 30 km da sede do município de Santarém, já no Planalto de Belterra, às margens da rodovia BR-163. Este sítio é ocupado por comunidade familiar, onde a base do sustento é a agricultura de pequeno porte. Em 2006 o local foi um dos focos de pesquisas arqueológicas, por encontrar-se em Área de Impacto Direto (AID) das obras da rodovia BR 163 – Santarém Cuiabá, primeiro com prospecções e sondagens da área, depois, em 2010, com entrevistas feitas aos moradores locais (SCHAAN & LIMA, 2011), e em 2011 com as escavações de parte do Sítio Arqueológico ali definido. Durante todas essas fases, o conhecimento dos moradores foi de importância primordial, seja para a localização de estruturas remanescentes de antigas populações que habitaram aquela área (NIMUENDAJU, 2004), como poços de armazenagem de águas pluviais e a Terra Preta Arqueológica (TPA) (GOMES & LOPES, 2011) ali encontrada

em abundância, seja para a identificação de concentrações de cerâmica arqueológicas encontradas em superfície. Nossa investigação sobre as categorias nativas e o impacto da pesquisa arqueológica nas pessoas do lugar, nossas “conversas” buscando construir uma etnografia possível, todavia, só ocorreram na última etapa de campo de 2011.

Na fase de escavação não estavam previstas ações de Arqueologia Pública, ou melhor, não era intento do projeto que métodos concernentes a esta forma de pensar e fazer arqueologia fossem aplicados. Contudo, não entendemos a possibilidade de a arqueologia constituir um trabalho apartado, em método e teoria, das pessoas que circundam nossas escavações ou que delas fazem parte, seja qual for sua contribuição. Logo, nosso interesse em investigar as concepções locais sobre o registro arqueológico surgiu em meio ao cotidiano das escavações, essencialmente por notarmos o grande interesse dos moradores pelos estudos desenvolvidos a partir de então.

Para esta fase de escavação, quatro membros da família Souza, os atuais donos daquelas terras, foram contratados como auxiliares de campo, prática corriqueira entre os arqueólogos; foram eles: Anselmo, Seu José – vulgo seu Zé, Aparecido e Dona Madalena – esposa de seu Zé e que gostava de ser chamada de Dona Madá. O contato constante com estas pessoas foi determinante para essas observações e são justamente esses atores que constituíram-se nossos interlocutores privilegiados. Em trabalho anterior (GOMES & LOPES, s/d) discutimos a atuação desses trabalhadores na escavação, a partir da categoria de co-trabalhador cunhada por Shepherd (2009), para quem os membros nativos atuantes nas investigações arqueológicas devam ser reconhecidos como produtores de conhecimento e merecedores de reconhecimento.

Sendo assim, as considerações que faremos aqui são oriundas de entrevistas, iniciadas após três semanas do início da pesquisa, e observações efetuadas entre esses co-trabalhadores e durante o tempo das escavações – julho de 2011. A escolha dos membros da comunidade que integrariam a equipe foi efetuada por Seu Zé, filho da matriarca da família Souza (D. Rita) e porta-voz local; ele mesmo trabalhou conosco no sítio e indicou sua esposa para o preparo das refeições. Seu Zé sempre mostrou-se, e era reconhecido assim pelo que pudemos observar, o representante da família, mesmo daqueles que vieram trabalhar conosco. Sendo o mais velho dos filhos de D. Rita, que enviudara quando ele ainda era bem pequeno, Seu Zé guarda consigo muito da memória local, e é sempre referido como a pessoa que conhecia melhor a região e explica aos demais os elementos da paisagem. Veio de seu Zé a definição “cacareco de índio” para os fragmentos cerâmicos encontrados em superfície; segundo ele os índios que habitaram aquela região, antes de deixar o local, quebravam tudo, deixando só os cacarecos para quem viesse depois.

Ao entrevistarmos esses moradores, estruturamos as perguntas de acordo com as observações participantes já efetuadas, no sentido de alcançarmos os nossos pontos de inquietação. A princípio, críamos que as entrevistas ocorreriam de forma fluída, na medida em que foram efetuadas após certo tempo de convivência diária e dentro do espaço de sociabilidade dos interlocutores. Todavia, no momento em que ligávamos o gravador, nossos falantes amigos eram acometidos de uma timidez que lhes inibia a

memória; bem diferente das conversas que tínhamos durante nossas horas de trabalho nas escavações das unidades ou nas pausas para o almoço ou o café. Essa timidez não é propriamente uma surpresa, visto que o gravador em geral intimida. Somente Seu Zé não tinha problemas em ser gravado, pelo contrário, ele participou ativamente, ora sendo solicitado, mas na maioria das vezes não, de todas as entrevistas.

Notamos, por outro lado, que o ressabiamento dos interlocutores ocorria por conta do medo em estar fornecendo respostas “erradas”, como indicou Anselmo ao ser inquirido sobre o que ele entendia ser arqueologia, depois de sua participação nas escavações. Em pergunta semelhante, sobre a importância da arqueologia, Seu Zé disse: “a importância eu não posso nem explicar qual é o jeito que eu ainda não estou muito entendido”. Aliás, este último entrevistado esteve presente de forma muito espontânea em todos os momentos de conversa com os outros moradores, mesmo que tentássemos fazer isso de maneira individualizada. D. Madá chegou a afirmar sua insegurança em cozinhar para pessoas com “gostos diferentes” do seu. Apesar de não ser relativa ao trabalho arqueológico, a resposta de D. Madá indica um desconforto semelhante ao de Seu Zé e Anselmo: eles nos viam como os especialistas com formação que agora estavam interessados, estranhamente interessados, no que eles “sabiam”. Nós, os pesquisadores, mesmo não sendo um intento consciente, intimidamos as pessoas que por muitos anos habitam e conhecem aquela área – como se de uma hora a outra o que eles conheciam não fosse verdade. Nesse ponto das entrevistas percebemos o quão inapropriado é o uso imediato das categorias arqueológicas para indagar nossos entrevistados. O receio por parte deles em estarem diante de um conhecimento técnico, que tratava os cacarecos de forma tão cuidadosa e abria buracos no chão de um jeito peculiar, tudo isso questionava a forma como eles viviam a sua paisagem.

As entrevistas foram redirecionadas no sentido de entendermos a trajetória de vida dessas pessoas e seus conceitos sobre o microcosmo em que vivem. Dessa maneira, podemos deixar o ambiente dos questionamentos mais ameno e próximo da realidade local. Tratou-se de entrevistá-lo não a partir do *sítio arqueológico* em que estavam, mas sim de seu próprio território social, do qual entendiam melhor do que nós e que nos interessava.

Os artefatos arqueológicos e a TPA sempre fizeram parte do cotidiano dos Souza, mas com outras definições, todas relacionadas com a sua experiência prática na construção da paisagem. A terra preta, útil para plantação das roças, era entendida ali como uma terra fértil produto da natureza; os artefatos eram os cacarecos de índio, coriscos, caretinhas e vasilhas quebradas. Da mesma forma, o espaço no qual foi demarcado o *sítio arqueológico* era lido pelos moradores de acordo com a sua trajetória de vida: as saídas para a caça, o preparo da terra para a plantação, as construções das casas e casamentos dos membros da família, a saturação do solo por conta do avanço da agropecuária – com os agrotóxicos – nas imediações da pequena propriedade. Se o Sítio arqueológico Cedro é resultado da ocupação pretérita de populações indígenas, a *Comunidade Cedro* formou-se quando do casamento de D. Rita e Seu Antônio e a aquisição do terreno que constitui aquela área; a partir de então, a família foi se expandindo e algumas uniões endogâmicas ocorreram – Seu Zé e D. Madá, por exemplo, são primos – e outras personagens entraram na dinâmica local.

Há um ditado italiano que diz: *Tutto il mondo è paese*, usado para indicar que há muita semelhança entre as dificuldades enfrentadas por homens e mulheres em qualquer lugar do mundo. O planeta não é mais que uma vila. Em diversos lugares se está discutindo formas de fazer do público (comunidade, cidadãos, nativos, as gentes do lugar etc.) o correspondente direto dos trabalhos realizados pelos arqueólogos. Que os trabalhos possam refletir os anseios deste público, ou ao menos, interessá-lo, em alguns casos. A arqueologia – os arqueólogos – é capaz de criar oportunidades reais de diálogo e participação de não arqueólogos em seus trabalhos? Para Paz (2010), tratando de problemas envolvendo a arqueologia em Israel, esta questão é relevante para arqueólogos de todo o mundo que consideram a Arqueologia Comunitária como um *modus operandi* possível. Afinal, segundo esta autora, a Arqueologia Comunitária, como uma vertente da arqueologia Pública, é um rótulo atraente, que muitas vezes pode ajudar a gerar apoio financeiro das autoridades locais e órgãos de financiamento (PAZ, 2010). Na Ásia, Marui (2010) analisa uma possibilidade de coexistência entre comunidade e patrimônio cultural e propõe incentivar uma comunidade no Camboja a participar dos trabalhos realizados em um sítio oferecendo a essa comunidade oportunidades de engajamento.

Hodder (2003:62), ao exemplificar uma arqueologia mais reflexiva e tratar da importância das “vozes locais” nos diz que o equivalente arqueológico do “informante nativo” pode ser o caco mudo, mas que há, em todo o mundo, arqueólogos trabalhando em estreita colaboração com as comunidades que reivindicam alguma forma de filiação cultural com determinados vestígios arqueológicos; e a partir desta colaboração a arqueologia pode ser definida agora, não mais como o estudo dos remanescentes materiais do passado, mas como um modo particular de inquérito sobre o relacionamento entre as pessoas e seus passados. Esta maneira de entender a arqueologia pode trazer novas luzes à forma como muitos trabalhos dentro desta ciência podem vir a ser desenvolvidos.

Falando dos desafios da multivocalidade, desse estar atento a todos os envolvidos no trabalho arqueológico, Schaan (2011: 4) alerta para o fato de “A arqueologia que vem sendo feita na Amazônia, especialmente em projetos de arqueologia de contrato, carrega, frequentemente, os mesmos pressupostos colonialistas ao supor que não existe conhecimento local sobre o patrimônio arqueológico” e alerta ainda para o que chamou de “os sete pecados capitais do arqueólogo”, entre eles: “não atender ao público e subestimá-lo”.

É importante pensar uma arqueologia que não seja fixada, ou mesmo limitada, pelo artefato e tenha o humano social como seu centro, uma arqueologia ciência que não prescindia das histórias de homens e mulheres que lhe estejam próximos; essa arqueologia tem sido tema de muitas discussões dentro da Arqueologia Pública – multifacetada em Arqueologia Colaborativa, ou Comunitária, Participativa, Reflexiva, ou Híbrida, Redonda, do Outro – sempre buscando uma maior integração entre os sujeitos de hoje e de sempre (Ver FUNARI, 2001; FUNARI & ROBRAHN-GONZÁLES, 2008; FUNARI & ZARANKIN, 2003; HODDER, 2003; SCHAAN 2006, 2011; FERREIRA

2008, 2010; REIS 2007; CABRAL & SALDANHA 2008; SILVA ET AL 2011).

Silva *et al* (2011), ao tratar da Arqueologia Colaborativa, a define, partindo de inúmeros autores, em seu escopo mais amplo como uma prática arqueológica que visa estabelecer a colaboração e o envolvimento de diferentes coletivos nas questões relativas à pesquisa e gestão do patrimônio cultural; mesmo sendo seu foco de pesquisa uma interface com populações indígenas, percebemos que é uma prática que deveria fazer-se presente em todo trabalho Arqueológico em que os sítios estejam circundados, quando não habitados, por gente. Em termos metodológicos, a prática da arqueologia colaborativa possui algumas estratégias fundamentais, e no caso dos trabalhos no Sítio Cedro, não podemos dizer que fizemos uso destas metodologias, quais sejam:

1) promover a interação social entre a equipe de pesquisa e a comunidade local; 2) manter a presença da equipe na área ao longo da pesquisa; 3) buscar recursos para beneficiar a comunidade local; 4) manter a comunidade inteirada sobre os procedimentos e andamento da pesquisa; 5) permitir o acesso fácil da comunidade aos vestígios arqueológicos coletados. Assim, o que caracteriza metodologicamente essa prática é: 1) a comunicação e colaboração com a comunidade em todo o processo da pesquisa; 2) o emprego e treinamento de membros da comunidade; 3) a preservação pública do patrimônio cultural; 4) a prática de entrevistas e pesquisa da história oral; 4) a produção de recursos educacionais; 5) a realização de vídeos e fotografias; 6) o controle comunitário da divulgação dos resultados (SILVA *et al.* 2011: 37).

Ferreira (2008, 2010) diz que a Arqueologia Comunitária, como uma prática da Arqueologia Pública, significaria envolver a população local nos processos de interpretação arqueológica e na política de gestão do patrimônio cultural, não muito distante do que Silva e colaboradores (2011) definem como sendo a prática da Arqueologia Colaborativa. Em nossas atividades no Cedro, não chegamos a esse refinamento, mas não podemos desmerecer a tentativa. Procuramos jamais infringir o sétimo pecado descrito por Schaen (2011: 6, 9), qual seja: "Subestimar o Público (...) não considerá-lo capaz de participar das pesquisas e expressar suas ideias, como por considerá-lo ingênuo ouvinte das pregações sobre patrimônio arqueológico". Com Seu Zé e nossos outros co-trabalhadores no Cedro construímos conhecimento juntos e buscamos jamais prescindir de sua colaboração; por vezes essa colaboração parece simples e óbvia, mas, como faz notar Reis (2007), não é uma escolha fácil, pois fácil seria fazer uma arqueologia estritamente acadêmica em detrimento de uma arqueologia inclusiva.

Uma Arqueologia mais próxima aos cidadãos e não encastelada nas torres acadêmicas foi, e está sendo, uma conquista de todos, mas para esclarecer o que entendemos por Arqueologia Pública, um conceito que está caro aos autores é este usado por Sánchez (2011) quando disserta sobre uma arqueologia para todos os públicos:

Si la arqueología trata de crear un conocimiento novedoso desde el estudio de los restos materiales de sociedades pasadas, la Arqueología

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Uma arqueologia feita só por arqueólogos e para arqueólogos não faz mais sentido. A frase anterior seria uma possibilidade de conclusão para o que procuramos apresentar neste artigo. A arqueologia no Brasil tem se voltado cada vez mais para as comunidades e isso é desejável. Neste artigo procuramos discutir a forma como nosso trabalho de arqueólogos pode ser complementado com os conhecimentos que adquirimos nas relações que se estabeleceram entre a família de seu Zé e a equipe de pesquisadores e técnicos em arqueologia, que foram escavar em sua propriedade familiar. Partindo das conversas que tivemos com estes nossos companheiros de trabalho, fundamentais desde o momento em que o sítio arqueológico foi definido como tal, até as etapas de investigações deste local, por meio de escavações e observações da paisagem e dos vestígios superficiais. Buscamos perceber como suas percepções sobre o lugar, familiar por sua longa ocupação, foram se modificando depois das intervenções arqueológicas. Intentamos também demonstrar que sem a experiência da família de seu Zé em lidar com aquele meio, e seu apurado conhecimento da paisagem local e todos os seus elementos, nosso trabalho teria outros desenvolvimentos; as indicações de seu Zé nos auxiliaram a escolher os locais onde escavar, bem como foi importante para arbitrar os limites do sítio arqueológico.

Nossa proposta de discussão vem bem a calhar em um momento em que a Arqueologia busca voltar-se mais ao público, entendido não só como receptor de informações, mas como interlocutor ativo na produção do conhecimento científico. Um dos nossos escopos foi debater a metodologia etnográfica aplicada à arqueologia, com intuito de fazer ver que o conhecimento da família Souza, alguns dos quais co-trabalhadores naquela pesquisa, sobre a paisagem em que estávamos inseridos foi de fundamental relevância para as possíveis conclusões arqueológicas que dali provenham; e acima de tudo, queríamos partir de nossa experiência naquele campo para usar como estudo de caso.

Apresentamos o trabalho em três partes: primeiro nos detemos a discutir a etnografia associada ao trabalho dos arqueólogos e dos benefícios desta prática, seja para o entendimento dos objetos em estudo, que pela possibilidade de associar as pessoas dos lugares com os estudos desenvolvidos; depois partimos para o *locus* da pesquisa de campo e as pessoas que nos auxiliaram, sendo nossos informantes, na formulação desta discussão; por fim tecemos algumas considerações acerca de conceitos relacionados à Arqueologia Pública, Comunitária e outras formas de aproximar as comunidades e o público em geral, daquilo que é o trabalho do arqueólogo e o patrimônio cultural de todos.

Nosso objetivo no Sítio Cedro não foi fazer Arqueologia Pública, Comunitária, Participativa ou outra forma mais específica que demandasse uma metodologia própria, portanto, não havíamos elaborado um plano de ação seguindo uma metodologia que desse conta desta tarefa. Contudo,

não entendemos outra forma de fazer Arqueologia que não aquela que se relaciona com as gentes envolvidas no trabalho arqueológico. Desde o primeiro momento, estivemos sempre atentos em tornar o nosso meio de trabalho o mais dialético possível. Isso ocorreu no âmbito do cotidiano das escavações e por isso nosso foco neste artigo são os trabalhadores que atuaram junto conosco neste trabalho. Em outro texto já analisamos a relação entre a mão-de-obra nativa e os arqueólogos, tendo em vista nossa atuação no sítio Cedro (GOMES & LOPES, s/d). O que pretendemos aqui foi ressaltar, em concordância com outros autores, a importância da etnografia para o entendimento do contexto no qual está inserida a pesquisa arqueológica. Através da metodologia etnográfica é possível dar atenção às vozes nativas e inserir suas demandas, perspectivas e conhecimento nas investigações da arqueologia. Porém, cremos que a experiência é mais um entre os exemplos de que a Arqueologia deve ser pensada sempre para o público e em respeito a este (GOMES & LOPES, s/d) e a etnografia é um instrumental excelente para alcançarmos as leituras e necessidades desse público.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos nossos interlocutores da família Souza, a CAPES que nos subsidia com bolsas. Agrademos de maneira especial à Professora Denise Schaan pelo convite que nos levou à Santarém e a nos envolver nas escavações do Sítio Cedro.

Os autores são os únicos responsáveis pelo o que foi dito nas linhas precedentes.

- ARCE, Ricardo S. "La entrevista en el trabajo de campo". *Revista de Antropología Social*, n.9, pp. 105-126, 2000.
- ATALAY, Sonya. "Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice". *The American Indian Quarterly* 30:280-310, 2006.
- BALÉE, William. "The research Program of Historical Ecology". *Annual Review of Anthropology*, n. 35, pp. 75-98, 2006.
- BEZERRA, Márcia. "'As moedas dos índios': um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, pp. 57-70, 2011.
- CABRAL, Mariana P.; SALDANHA, João. D. M. "Um sítio, múltiplas interpretações: o caso do chamado 'Stonehenge do Amapá'". *Arqueologia Pública*, v.3, pp. 19-13, 2008.
- CARDOSO, Ruth. "As aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método". In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp.95-105.
- CASTAÑEDA, Quetzal E. "The 'ethnographic turn' in archaeology: research positioning and reflexivity in ethnographic archaeologies". In: CASTAÑEDA, Quetzal E.; MATTHEWS, Cris. N. (Eds.). *Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices*. Altamira Press: Lanham, 2008, pp. 119-138.
- CASTAÑEDA, Quetzil E. "The 'Past' as Transcultural Space: Using Ethnographic Installation in the Study of Archaeology". *Public Archaeology* v. 8, pp. 262-282, 2009.
- CRUMLEY, Carole L.; MARQUARDT, William H. "Landscape: a unifying concept in regional analysis". In: ALLEN, K. M.; GREEN, S. W.; ZUBROW, E. B. (Eds.). *Interpreting space: GIS and archaeology*. London: Taylor and Francis, 1990, pp. 73-79.
- CRUMLEY, Carole L. "Historical ecology. A multidimensional ecological orientation". In: CRUMLEY, Carole L. (Ed.). *Historical ecology: cultural knowledge and changing landscapes*. Santa Fe: School of American Research Press, 1994, pp. 1-41.
- DaMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis – Para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DEBERT, Guita G. "Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral". In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp.141-156.
- FERREIRA, Lúcio Meneses. "Patrimônio, pós-colonialismo e repatriação arqueológica". *Ponta de Lança: História, Memória e Cultura*, v. I, pp. 37-62, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Sob fogo cruzado: Arqueologia comunitária e patrimônio cultural*. *Arqueologia Pública* n. 3, pp. 81-92, 2010.
- FUNARI, P. P. A. "Public Archaeology from a Latin American Perspective". *Public Archaeology* 1:239-243, 2001.
- FUNARI, P. P. A.; ROBRAHN-GONZÁLES, E. M. "Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil". *História* 27:13-30, 2008.
- FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A. Social archaeology of housing from a Latin American perspective: A case study. *Journal of Social Archaeology* 3:23-45, 2003.
- GOMES, Raimundo Ney C.; LOPES, Rhuan Carlos S. "Os co-trabalhadores do Cedro – uma possibilidade de Arqueologia Pública". No prelo.
- \_\_\_\_\_. "De roça a sítio: o saber local e pesquisas arqueológicas". In: *Caderno de Resumos do I Congresso Pan-Amazônico e VII Encontro Região Norte de História Oral: História do Tempo Presente e Oralidades na Amazônia*. Belém : Editora Açaí, 2012, pp. 117-118.
- GNECCO, Cristóbal; HERNANDEZ, Carolina. "History and its discontents: Stone Statues, Native Histories, and Archaeologists". *Current Anthropology*, v. 49, n. 3, pp. 439-466, 2008.
- HODDER, Ian. "Archaeological Reflexivity and the 'Local' Voice". *Anthropological Quarterly* v.

76, pp. 55-69, 2003.

HOLLOWELL, Julie; NICHOLAS, George. "Using Ethnographic Methods to Articulate Community-Based Conceptions of Cultural Heritage Management". *Public Archaeology* v. 8, pp. 141-160, 2009.

LITTLE, Paul E. "Territórios tradicionais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade". *Série Antropologia* 322, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas o Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARUI, Masako. "Cultural Heritage and Communities Coexisting: Public Archaeology in Cambodia, 1999–2009". *Public Archaeology* v. 9, pp. 194-210, 2010.

NIMUENDAJU, Curt. *In Pursuit of a Past Amazon. Archaeological researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon region*. Gotenborg: Elanders Infologistik, 2004.

PAZ, Yitzhak. "Community Archaeology in Proto-Historical Tel Bareqet, Israel: School Children and Agency for Active Public Engagement in Cultural Heritage Projects". *Public Archaeology* v. 9, pp. 34-47, 2010.

PEIRANO, Marisa. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PYBURN, K. Anne. "Practising Archaeology — As if it Really Matters". *Public Archaeology* v. 8, pp. 161-175, 2009.

REIS, José Alberione. "Lidando com as coisas quebradas da História". *Arqueologia Pública*, n. 2, pp. 33-44, 2007.

RIBEIRO, Berta G. "Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos (1957-1988)". *BIB* 29, 1990, Rio de Janeiro, n. 29, pp. 17-77, 1990.

SARRÓ, Ramon; LIMA, Antónia P. "Introdução – Já dizia Malinowski: sobre as condições da possibilidade da produção etnográfica". In: LIMA, Antónia P.; SARRÓ, Ramon. *Terrenos metropolitanos. Ensaios sobre a produção etnográfica*. Lisboa: ICS, 2006, pp. 17-37.

SAUER, Carl O. "The morphology of landscape" (1925). In: LEIGHLY, J. *Land and Life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkley/Los Angeles: University of California Press, 1969, pp. 315-350.

SCHAAN, Denise Pahl. "Arqueologia, público e comodificação da herança cultural: o caso da cultura marajoara". *Arqueologia Pública*, n. 1, pp. 19-30, 2006.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia e Multivocalidade: Desafios Contemporâneos*. Manuscrito inédito, 2011.

SCHAAN, Denise Pahl; LIMA, Anderson Márcio. A. *Programa de Arqueologia & Educação Patrimonial BR-163: Santarém-Rurópolis; BR-230/PA: Divisa TO/PA à Rurópolis (Excluindo trecho Altamira-Medicilândia); BR-422: Trecho: Novo Repartimento-Tucuruí*. 5º Relatório Parcial Rodovia BR-163: Trecho Santarém-Rurópolis. Belém: UFPA/DNIT, 2011. 213p. Inédito.

SÁNCHEZ, J. A. *Arqueología para todos los públicos – Hacia una definición de la Arqueología Pública «A la Española»*. *ArqueoWeb*, n. 13, pp. 87-107, 2011.

SILVA, Fabíola A. et al. "Arqueologia Colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuarinemu, Rio Xingu, Pará". *Amazônica*, v. 3, n. 1, pp. 32-59, 2011.

SHEPHERD, Nick. "'Cuando la mano que sostiene la palustre es negra...': prácticas disciplinarias de auto-representación y el asunto de la mano de obra "nativa" em arqueologia". *Arqueología Suramericana*, v. 5, n. 1, pp. 3-20, 2009.